

## Relatório da PEC 32 deve ser apresentado no final de agosto

# NÃO À PEC 32!

O relator da PEC 32, da reforma Administrativa, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Arthur Maia (DEM-BA), afirmou que pretende atender a um pedido do presidente da Casa, Arthur Lira, e irá apresentar seu relatório ainda este mês. A última audiência pública nessa etapa de tramitação da proposta está agendada para o dia 25 de agosto. Maia admitiu que devem constar de seu relatório pontos polêmicos como a possibilidade de flexibilizar critérios da estabilidade e avaliação de desempenho no setor público. Outro ponto polêmico que Maia disse que irá constar de seu relatório será uma definição sobre o que são carreiras típicas de Estado.

A estabilidade é considerada tema inegociável e fundamental para assegurar o modelo de Estado brasileiro garantido pela Constituição de 88. A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) ponderou que o objetivo é buscar um texto que seja melhor para o País. "A estabilidade é parte da natureza do Estado", resumiu a deputada. "Governos passam e o servidor fica. Não é um contrato temporário, é uma opção de vida perene", destacou.

Sobre avaliação de desempenho a deputada lembrou que há sutilezas que precisam ser consideradas em torno de um tema complexo. Para ela a subjetividade de que se avalie o serviço e não o servidor é um risco. O serviço geralmente é impactado também pelas condições não asseguradas por governos que investem de forma inadequada nos serviços prestados à população. Outra lembrança foi a de que servidores podem sim ser demitidos e que, portanto, a ideia de uma estabilidade irreduzível é uma falácia criada em torno dessa proposta de reforma Administrativa.

Além de Portugal, o deputado Rogério Correia (PT-MG) ponderou que preocupa o potencial de judiciação

da proposta. Em diversas audiências públicas especialistas têm alertado para esse fator. Para o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) a PEC 32 não tem solução e deveria ser retirada de pauta para que uma reforma Administrativa seja devidamente discutida. A deputada Erika Kokay (PT-DF) falou em pecados originais que não conseguem ser corrigidos.

### Atuais servidores atingidos e militares de fora

Uma das dúvidas recai sobre a afirmação do governo e apoiadores da PEC 32 de que atuais servidores não serão atingidos pela reforma. A afirmação é contestada em praticamente todos os artigos da proposta, apontam especialistas que dizem que seria necessária uma revisão completa no texto para que essa afirmativa possa ser garantida.

Já sobre criação de outros vínculos, Maia concorda que podem ser nocivos ao setor público. "Dar ao Estado ferramentas para contratações indefinidas não parece positivo", ponderou o relator que lembrou que já existe estágio probatório que pode ser aperfeiçoado. "Não vejo sentido de se criar esse novo vínculo que está sendo proposto. Poderia haver esvaziamento de sistemas de previdência", acrescentou.

Maia foi questionado ainda sobre seu relatório incluir servidores e membros dos Poderes até então de fora da proposta, mas continuar excluindo militares. "Porque estarão de fora? Isso precisa ser debatido", rebateu Ramos.

Para a Condesef/Fenadsef, o combate a privilégios é uma das narrativas usadas pelo governo para defender a aprovação da reforma Administrativa, mas a verdade é que a proposta, em diversos outros aspectos, não cumpre com o que promete. Como se

mostraram desastrosas as reformas Trabalhista e da Previdência, a PEC 32 vai representar uma ruptura profunda com o Pacto Federativo estabelecido pela Constituição de 88.

### 18 de Agosto forte para barrar a PEC 32

A postura irreduzível do relator da PEC 32 frente aos apelos para que o debate da proposta fosse estendido acende um sinal definitivo de alerta. Representando os servidores e centrais presentes, o secretário-geral da Condesef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, reforçou o pedido para que o diálogo sobre a reforma Administrativa fosse ampliado. Um dos objetivos é assegurar um debate amplo sobre uma proposta complexa que afeta não apenas servidores, mas toda a população. Assembleias estaduais e municipais que levam o tema para discussão em todo Brasil estão em curso. Ainda essa semana a Condesef/Fenadsef participa de uma dessas assembleias em Sinop, interior do Mato Grosso.

O dia 18 de agosto, apontado como Dia Nacional de Lutas com paralisações, assembleias, panfletagens e protestos em todo o Brasil, será crucial para barrar a PEC 32, da reforma Administrativa, no Congresso. Apenas a luta e unidade de toda classe trabalhadora são capazes de fazer frente a tamanhas tentativas de ataques a direitos essenciais.

Maia recebeu das mãos de deputados da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, centrais sindicais e entidades representativas de servidores federais, estaduais e municipais um manifesto conjunto contra a proposta de Bolsonaro-Guedes que, na prática, representa o fim dos serviços públicos brasileiros.

Fonte: Condesef/Fenadsef



## Senado aprova suspensão da prova de vida do INSS até dezembro

O Senado aprovou nesta quarta-feira (11) projeto de lei que suspende até 31 de dezembro de 2021 a prova de vida exigida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos beneficiários da Previdência Social. O texto segue para sanção presidencial.

O projeto também determina que, a partir de 2022, todos os bancos deverão usar sistemas de biometria para realizar a prova de vida dos segurados e dar preferência máxima de atendimento para os beneficiários com mais de 80 anos ou com dificuldades de locomoção.

O texto também autoriza que a prova de vida seja realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado no INSS. A primeira via da procuração não será cobrada.

Por lei, aposentados e pensionistas precisam provar que estão vivos todos os anos para evitar fraudes no pagamento dos benefícios do INSS. Para isso, precisam ir até a agência do banco onde recebem o pagamento ou nas agências do INSS. Esse procedimento estava suspenso desde março do ano passado por causa da pandemia do novo coronavírus, mas voltou a ser exigido pelo INSS em junho deste ano.

Para justificar a suspensão, os parlamentares entenderam

que, excepcionalmente, a prova de vida deve ser adiada para evitar a contaminação pela Covid-19 em agências bancárias e da Previdência Social, especialmente no momento em que o mundo vive uma nova onda de contaminação provocada pela variante indiana Delta.

Em julho, a medida também foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Para entrar em vigor, a aprovação do projeto pelo Senado precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL).

Durante a sessão, o relator do PL, senador Jorge Kajuru (Podemos-GO), afirmou que, segundo dados do INSS, mais de 12 milhões de beneficiários não realizaram a prova de vida este ano, correndo o risco de ter o benefício suspenso. De acordo com

o parlamentar, dos 36 milhões de beneficiários, cerca de 23 milhões já fizeram a comprovação.

Kajuru reconheceu que o mecanismo é importante para evitar fraudes, mas defendeu que ele deve ser suspenso em razão dos riscos provocados pela Covid-19.

“Não se justifica, no entanto, neste momento tão grave de crise sanitária, que a prevenção a possíveis fraudes fique acima da preservação da vida de milhões de brasileiros, com o risco de corte do benefício a que fazem jus, valores estes que garantem a sua própria subsistência e de sua família”, argumentou.

*Com informações Agência Senado e Agência Brasil.*

